mundo que o rodeia e compreender a sua evolução, seja social, cultural e emocional.

Portanto literatura infantil está fazendo uma conexão cada vez maior, incentivando os bebes e crianças, a adquirir conhecimento e aprender o valor da conversa, do respeito e da boa interação social por meio de conversas significativas. Nessa perspectiva, a leitura prazerosa desenvolve o amor das crianças pela leitura ao oferecer um caminho mais efetivo para a criança e seu processo de aprendizagem, uma vez que a criança está sempre interessada na leitura.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fnny. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1989.

BNCC. Literatura infantil: reflexões e práticas: Disponivel em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de- praticas/ensino-medio/203-literatura-infantil-reflexoes--e-praticas. Acesso: 20/05/2021

BARCELOS, Gládis Maria Ferrão. Hora do conto: da fantasia ao prazer de ler: subsídios a sua realização em bibliotecas Públicas e Escolares / e IARA Conceição Bintencourt Neves. Porto Alegre: Sagra- DC Luzzatto,1995

COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil: teoria, análise, didática. -1. ed.- São Paulo: Moderna, 2000.

CONTE, Valdecir; KONIEZE Stanislaw. Literatura Infanto – Juvenil e seus caminhos – São Paulo: Paulus, 2002.

CUNHA, Maria A. Antunes. Literatura infantil – Teoria e Prática. São Paulo: Ática, 1999.

G1. Jornal Nacional; Pesquisa do IBGE mostra como é desigual o acesso à cultura e ao lazer. disponivel em: https://g1.globo.com/jornal- nacional/noticia/2019/12/10/pesquisa-do-ibge-mostra-como-e-desigual-o-acesso-a- cultura-e-ao-lazer.ghtml Acesso: 20/05/2021

LAJOLO , Marisa e ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil Brasileira História e Histórias.Editora Ática, 6º edição São Paulo série fundamentos – 2003.

LAJOLO, Marisa. O que é literatura. 10 edição – São Paulo Brasiliense, 1989.

MARTINS, HELENA, o que é leitura/ são Paulo: brasiliense, 1993.

LOPES, Rosalina Ramos, Ler sempre foi uma maravilha: o novo sabor da leitura. disponivel em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602124313.pdf Acesso: 20/05/2021

OLIVEIRA, Maria Alexandre de. Leitura prazer: interação participativa com a literatura infantil na escola – São Paulo: Paulinas, 1996 – (Coleção comunicar).

SME. Secretaria da educação da prefeitura Municipal de São Paulo. Centros Educacionais Unificados - CEUs disponivel em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/centroseducacionaisunificados/ Acesso: 20/05/21

ZILBERMAN Regina e SILVA, Ezequiel Theodoro; Literatura e pedagogia: ponto e contraponto, Editora mercado aberto – Porto Alegre- 1990.

ZILBERMAN, Regina. A literatura infantil na escola/ - 8 ed. – São Paulo: Global, 1994. (Coleção Educação e Pedagogia).

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

MICHELLE PEREIRA RODRIGUES PESSOA

RESUMO

Ao analisar a questão da inclusão escolar em um período histórico determinado (1854 a 2020), a partir do enfoque legislativo teórico e social. Propondo verificar o relacionamento do sistema educacional Brasileiro. Usando termos políticos, históricos e sociais reafirmar os diretos do educando com deficiência até o momento atual, visando sempre a melhora para que possa abranger o mais variado tipo de alunado e oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perder a qualidade do ensino na aprendizagem no processo inclusão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar, Políticos Públicas, Pessoas com deficiência.

1 **INTRODUÇÃO**

A Educação Especial é um direito do aluno com deficiência que passa a ser considerada como parte da Educação Básica assim, como do Ensino Fundamental e Médio (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº. 9.394/96). Desse modo, a escola deve reconhecer e respeitar as necessidades diversas dos seus alunos sem discriminá-los por qualquer dificuldade que apresente. Deve, também, proporcionar o espaço de desenvolvimento humano com acesso ao conhecimento social e historicamente construído, não apenas buscando a igualdade, mas também da solidariedade da criança em formação. Assim de acordo com o Ministério da Educação e Cultura temos:

As propostas curriculares, quando contextualizadas, reconhecem e valorizam os alunos em suas peculiaridades de etnia, de gênero, de cultura. Elas partem das vidas e experiências dos alunos e vão sendo tramadas em redes de conhecimento, que superam a tão decantada sistematização do saber. O questionamento dessas peculiaridades e a visão crítica do multiculturalismo trazem uma perspectiva para o entendimento das diferenças, a qual foge da tolerância e da aceitação, atitudes estas tão carregadas de preconceito e desigualdade1. (BRASIL.2010, p.16).

Podemos constatar que as principais revoluções para os alunos com deficiência no Brasil, foram por meio de centros educacionais especializados, porém a proposta é a mais inovadora e a transformação da educação especial e ensino regular num único sistema educativo denominado de inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994) aborda que o princípio fundamental das escolas inclusivas, consiste na aprendizagem em conjunto de todos os alunos, independente das dificuldades e das diferenças que apresentam. Todas as crianças têm direito de frequentar a escola pública, aprender e conviver com seus pares, sendo que as crianças com necessidades educacionais especiais, precisam conviver normalmente com outras crianças.

2. **DESENVOLVIMENTO**

O respeito à diversidade começa, quando a criança tem direito ao acesso à escola e de permanência nela, visando à aprendizagem do educando e à melhoria da qualidade de ensino, considerando as diferenças, social, entre outros. Assim não havendo obstáculo para o cumprimento da ação educativa, mas como de fortalecimento e transformação social para todos.

Hoje em dia por meio de normas legais e políticas públicas, a sociedade brasileira vem construindo um modo de conceber e de implementar a educação inclusiva baseado numa concepção da criança como sujeito de direito e produtor de cultura.

Contudo, não se trata do direito a uma educação sem embasamento, mas do direito a uma educação que promova a valorização de todas as formas de expressão da criança. Portanto segundo a, Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948 afirma: “Todo homem tem direito à instrução”. Seguindo essa mesma linha de pensamento a UNESCO, indica que:

As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. Além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo de todo o sistema educacional. (...).(UNESCO, 1994, p.9)

Entrando nesse contexto podemos articular que a política de inclusão vem a fortalecer os direitos todo ao acesso à escola no qual é garantido por lei Nº 9.394 da 1LDB. Neste seguimento podemos afirmar Silva apud MARTINS (2002), que:

[...] postura inclusiva não é aquela que desconsidera as diferenças, ou faz de conta que todos são iguais, mas, ao contrário, aquela que pressupõe que é a partir das diferenças que podemos construir um universo mais rico de aprendizagem e de produção da vida sociocultural[...] (Silva apud MARTINS, 2002. p.38).

Ressaltando o cenário existentes na Educação Inclusiva que advêm de princípio de inclusão que prega o direito de a pessoa com deficiência viver inserida na sociedade, que de certa forma implicam consideravelmente no rendimento, ou seja, no ensino e aprendizagem de crianças com deficiência. Segundo Vygotsky (1987, p. 05),"As formas mais elevadas da comunicação humana somente são possíveis porque o pensamento do homem reflete uma realidade conceitualizada".

Mazzotta (1996), contextualizou o início histórico da educação especial no Brasil como estabelecido no período de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais e particulares. Em 12 de setembro de 1854, D. Pedro II, decreta o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro.

Datado no dia 17 de maio de 1890, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, teve seu nome modificado para o Instituto Nacional dos Cegos, no Decreto n˚ 408, pelo Chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca e o Ministro da Instrução Publica, Correios Telégrafos, Benjamin Constant. (MAZZOTTA, 1996 p.28.). Mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto no 1.320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC). Após a criação do, Instituto Benjamin Constant (IBC)

No dia 26 de setembro de 1857, D. Pedro II fundou também no Rio de Janeiro, o Instituto dos Surdos – Mudos. Em 1957, cem anos após sua fundação, pela lei no 3.198, de seis de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Com a instalação do IBC e do INES, abriu-se possibilidade de discussão da educação de pessoas com deficiência, no 1o Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882. (MAZZOTTA,1996 p.29).

No ano de 1950, metade do século XX, já havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantido pelo poder público, sendo um federal e os demais estaduais, que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial a deficientes mentais. (MAZZOTTA,1996 p.31).

No ano de 1951, foi fundada a Escola Municipal de Educação Infantil e de 1° Grau para deficientes Auditivos Helen Keller, foi instalada no bairro de Santana, em

13 de outubro de 1952, como I Núcleo Auditivos para Crianças Surdas. (MAZZOTTA,1996 p.36).

Segundo MAZZOTA (1996), em 1964, foi instalada a primeira unidade assistencial da APAE, o Centro Ocupacional Helena Antipoff. O objetivo deste Centro era proporcionar habilitação profissional a adolescentes deficientes mentais do sexo feminino.

Em 14 de setembro de 1950, foi fundada a Associação de Assistência à Criança Defeituosa, AACD. No dia 22 de maio de 1971, a APAE – SP inaugura o Centro de Habilitação de Excepcionais. Este passa a ser, a primeira unidade multidisciplinar integrada para a assistência a deficientes mentais e formação de técnicos especializados na área de deficiência mental. (MAZZOTTA, 1996).

No período de 1957 a 1993, o atendimento educacional aos excepcionais foi assumido pelo governo federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para esse meio.Segundo MAZZOTTA (1996), primeira a ser estabelecer foi a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B. – pelo Decreto Federal nº 42.728, de três de dezembro de 1957. Instalada no INES, no Rio de Janeiro, tinha por fim promover as medidas necessárias à educação e assistência, no amplo sentido, em todo o Território Nacional. Outra campanha foi estabelecida de em 1960, com a importância de movimentos liberados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), ambas no Rio de Janeiro. Foi instituída em 23 de setembro de 1960, pelo Decreto nº 48.961, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, a CADEME. (MAZZOTTA,1996. p.51).

Entre a década 1960 e 1980, na educação especial no Brasil, houve varias evoluções o significativo, com características marcantes, o que constituem fatores decisivos para a disseminação de uma concepção de deficiência com muitos alunos com deficiência começaram a ser integrados em classes regulares. Que não haviam sido atendidos no passado, começaram a receber serviços educacionais nas escolas regulares.

Em Guarulhos a história da educação especial teve início na década de 70, com a iniciativa da mãe de uma criança com Síndrome de Down, que busca o poder público para garantir a escolarização de sua filha. No ano de 1974 são criadas 02 classes especiais.

Segundo a Secretaria de Educação Municipal de Guarulhos:

Em 1990 com a inauguração do Centro de Estimulação Precoce Orfeu Paraventi Sobrinho, esta equipe passa a atuar neste espaço. No ano de 1994, foi inaugurada a segunda Escola Municipal de Educação Especial Cidade Seródio e em 1998 foram criadas duas classes especiais na Escola Municipal Vereador Carlos Franchin. Em meados de 2001, iniciou-se a organização da Rede de Apoio à Inclusão Educacional com a implantação das Salas de Apoio Pedagógico, Salas de Recursos para Deficiência Visual, Salas de Recursos para Deficiência

Auditiva e os Serviços de Apoio Terapêutico-Educacional. A partir de 2004, na perspectiva da educação inclusiva, a Secretaria de Educação desativa as escolas de educação especial e descentraliza suas classes na rede de ensino regular. (Secretaria de Educação Municipal de Guarulhos, 2011.p. 15)

No ano 2000, ao completar meio século de vida, a AACD mudou de nome graças a um plebiscito feito entre seus pacientes, que consideraram o nome original Associação de Assistência à Criança Defeituosa - inadequado. Dessa forma, a entidade passou a chamar Associação de Assistência à Criança Deficiente. (AACD)

Assim a podemos visualizar a trajetória da educação especial até o iniciou da inclusão escolar é um movimento que visa favorecer, as interações sociais de entre todos os estudos sendo ou não alunos com deficiencia é reconhecida como o melhor ambiente pedagógico para o que todos se desenvolvam.

a inclusão escolar do aluno com deficiência especiais visualizando as maiores dificuldades dos pais, alunos, colegas de sala e de professores no desenvolvimento do educando em sala proporcionando desde a simples apreciação do estar com o outro, os conhecimentos como o conhecimento artístico, histórico, cultural do meio em que vivemos, visando a sua identidade e autonomia do educando.

Mas primeiramente vamos a ver o que alguns aspectos educacionais que marcaram a trajetória do alunos com deficiência, neste contexto na visão de alguns atores.

Primeiro Fator Exclusão: No primeiro momento de organização da sociedade humana, as pessoa com deficiências, eram mortas, no decorrer dos séculos exiladas em igrejas.

Segundo Fator Segregação: Edna Antonia de Mattos Assistente-Doutora Fac. Educação da USP , com a sua tese, Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão, diz:

...final do século XIX e começo do século XX, as quais foram decorrentes da Revolução Industrial, quando aparece o interesse pela educação nos países desenvolvidos. Esse interesse provocou o início do atendimento aos deficientes mentais, bem como o aparecimento do modelo educacional destinado a um movimento de exclusão escolar e social. (MATTOS Edna Antonia de .Assistente-Doutora Fac. Educação da USP , com a sua tese, Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão)

Terceiro Fator Integração: A palavra integração é definida como: " [Do latim interacione] 1. Ato ou efeito de integrar (se) . 2. Ação ou política que visa integrar um grupo as minorias raciais, religiosas, sociais, etc. (...) Ferreira 1986, p.954 apud MATTOS.

Em seus estudos, Sassaki , menciona que a integração social ocorre pelas seguintes formas:

Pela inserção pura e simples daquelas pessoas com deficiência que conseguiram ou conseguem, por méritos pessoais e profissionais próprios, utilizar os espaços físicos e sociais, bem como seus programas e serviços, sem nenhuma modificação por parte da sociedade, ou seja, da escola comum, da empresa comum, do clube comum, etc. Pela inserção daqueles portadores de deficiência que necessitavam ou necessitam de alguma adaptação específica no espaço físico comum ou no procedimento da atividade comum a fim de poderem, só então, estudar, trabalhar, ter lazer, enfim, conviver com pessoas não- deficientes. Pela inserção de pessoas com deficiência em ambientes separados dentro dos sistemas gerais. Por exemplo: escola especial junto à comunidade; classe especial numa escola comum; setor separado dentro de uma empresa comum ; horário exclusivo para pessoas deficientes num clube comum etc. Esta forma de integração, mesmo com todos os méritos, não deixa de ser segregativa.(Sassaki 1997, p.34-35)

Quarto Fator Inclusão: Em seu artigo, Integração x Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos, Mantoan (1993, p.05), Diz: " A meta primordial da inclusão, ao contrário, é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo."

As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (Mantoan, 1993. p.5)

Vimos as quatro fases que a pessoa com deficiência, passou ao longo dos séculos para temos uma sociedade que inclua a todos sem distinção.

A educação inclusiva é um processo em que se expande a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular.

Em uma reestruturação da cultura, das práticas e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. Situa -se em uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos.

A escola é uma instituição responsável pela passagem de vida varias pessoas que é de domínio público, tendo a função social acima de tudo, a missão de ensinar os alunos a compartilharem o saber, os sentidos diferentes das coisas, as emoções, criticar, ouvir e a trocar pontos de vista.

Tendo essa função em mente, autora María Rosa Blanco Guijarro (UNESCO Chile), cita em seu trabalho que: "...todas as crianças tenham direito a serem assistidos nas escolas de sua comunidade, participando nas atividades com todos os seus companheiros e no currículo comum tanto quanto seja possível." Brasil(Ensaios Pedagógicos Construindo Escolas Inclusivas, 2005, P.09).

Sente sentido em 2003, Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, assume o compromisso de apoiar os estados e municípios na sua tarefa de fazer com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade.

A escola inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. MEC (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. 2004 , p 04 e 07)

O MEC oferece em seu documento de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva , como objetivo:

[...]o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais,garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

Atendimento educacional especializado;

Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

o Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;

Participação da família e da comunidade;

Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;

Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Mec, 2007, p08).

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos envolvidos no processo de inclusão dando um passo para caminhar em sociedade livre de preconceitos e limitações. Eliezer de Jesus Vieira apud: Sassaki (1997).

Com a normativa da Base Nacional Curricular a educação especial vem reforçando pontos principais como primeiro diz respeito à organização dos currículos. O documento destaca que as propostas devem ser adaptadas às diferentes modalidades de ensino, inclusive, é claro, à educação especial. Desse modo a BNCC cita algumas atividades, entre as quais: identificar estratégias, apresentar e contextualizar elementos curriculares de forma a ligá-los a partir da realidade do lugar e do tempo em que ocorre a aprendizagem; fortalecer as competências pedagógicas das equipes escolares para a adoção de estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem; selecionar e aplicar diversos métodos e estratégias didático- pedagógicas, usando diferentes ritmos conforme necessário e conteúdos complementares para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos.

De acordo com apresentação do Instituto Rodrigo Mendes e o Movimenta pela base nos traz aspectos importantíssimo :

Acessibilidade - segundo decreto nº 5.296/2004, é “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos,

das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação" por qualquer pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade prevê, portanto, a eliminação das barreiras que impedem ou dificultam a plena participação das pessoas com e sem deficiência em todos os aspectos da vida contemporânea, contemplando pelo menos seis contextos: acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal.

Atendimento Educacional Especializado (AEE) - serviço responsável pela identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para a eliminação das barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Não se trata de "reforço", já que a Política enfatiza que as atividades desenvolvidas no AEE devem ser diferentes das realizadas na sala de aula. O referido atendimento complementa e/ou suplementa o processo de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial, com vistas autonomia e independência na escola e fora dela, não devendo ser substitutivo e, portanto, realizado no período inverso ao da sala de aula frequentada pelo aluno, preferencialmente na mesma escola e em sala de recursos multifuncionais.

Desenho Universal - conceito a partir do qual produtos, espaços, meios de comunicação, tecnologias e serviços devem ser concebidos visando o uso, de forma autônoma, pelo maior número possível de pessoas. Esse conceito é decorrente da evolução das iniciativas e da adoção de recursos de acessibilidade e da constatação de que a redução ou eliminação das barreiras no ambiente não beneficiam somente as pessoas com deficiência. Um projeto orientado pelo desenho universal considera a diversidade humana, buscando garantir a acessibilidade para todos. Desenho Universal para a Aprendizagem - baseado no conceito do Desenho Universal, propõe um conjunto de princípios que busca ampliar as possibilidades quanto aos recursos, técnicas e estratégias utilizadas no contexto educacional de modo a contemplar as características, necessidades e interesses de todos os alunos. Os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem podem auxiliar os educadores a desenvolver práticas pedagógicas mais inclusivas, ampliando, assim, as oportunidades de aprendizagem de seus alunos, com e sem deficiência. Educação Especial - De acordo com a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial integra a proposta pedagógica da escola regular, buscando eliminar as barreiras para a plena participação de seu público-alvo, por meio do atendimento educacional especializado (AEE).

Educação Inclusiva - concepção de ensino contemporânea que objetiva garantir o direito de todos à educação. Pressupõe o reconhecimento da diferença como valor e o direito de cada um ser como é, contemplando, assim, a vasta gama de diferenças étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero inerentes aos seres humanos. Implica transformação de cultura, práticas e políticas vigentes nos sistemas de ensino, de modo a garantir acesso, participação e aprendizagem de todos, sem exceção. Público-alvo da educação especial - alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Salas de recursos multifuncionais (SRM) - espaços localizados em escolas de educação básica onde se realiza o atendimento educacional especializado (AEE) para os alunos público-alvo da educação especial. As SRM contam com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização desses alunos, eliminando barreiras para sua plena participação no ambiente escolar e social. (Instituto Rodrigo Mendes pag 23 á 25)

Portanto a proposta da educação inclusiva é a permanecia de todos os alunos com deficiência, na rede pública de ensino visando o pleno desenvolvimento das suas habilidades favorecendo o convívio em sociedade.

3. CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho analisamos o contexto historico do processo da Educação Especial. Podemos constatar que as principais revoluções no processo de inclusão para os alunos com deficiencia no Brasil, foram por meio de centros educacionais especializados, porém a proposta é a mais inovadora e a transformação da educação especial e ensino regular num único sistema educativo denominado de inclusão.

Desse modo, são importantes os estudos e ações que enfoquem a educação e as alunos com deficiencia , bem como informações à comunidade escolar sobre as deficiências e a busca de estratégias educativas e sociais que

propiciem o aprendizado favorecendo sua habilidades, por meio da parceria entre escola regular e comunidade envolvendo todos no processo educativo com professore, funcionários das escolas, alunos e seus familiares. Esse processo não é fácil e rápido, mas é necessário e urgente, sobretudo para a melhoria da educação e atender a todos os alunos os dignidade e qualidade no ensino.

Portanto apesar de todas as dificuldades, conviver e aceitar as diferenças enriquece a nossa formação de cidadão, desenvolve valores éticos, valores que devem ser transmitidos pelos educadores, para e a formação de uma sociedade mais justa a todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Diário Oficial, 20/12/1996.

.Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno.Resolução Cne/ Cp 1, De18 De Fevereiro De 2002.

.Convenção da Organização dos Estados Americanos DECRETO Nº3.956, DE 8 DE OUTUBRO DE 2001.

.Ensaios Pedagógicos Construindo Escolas Inclusivas,P.09 Brasil 2005.

.Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade / Organizadora, Berenice Weissheimer Roth. – Brasília 2006.

.Decreto No. 5.626/05

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso: 20/ 11/2020

. DECRETO Nº 6.253, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2007/Decreto/D6253.htm>

Acesso: 20/ 11/2020

. LEI N° 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2012.

Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf> Acesso: 20/ 11/2020

. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 1999.

. Ministério da Educação e do Desporto. Política Nacional de EducaçãoEspecial. Brasília, MEC/ SEESP, 1994.

. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. 2. ed. Brasília, CORDE, 1994

. Ministério da Educação, Secretaria de Educação. Especial,. 2006

.Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>Acesso: 15/12/2020

. Plano Nacional de Educação e dá outras providências LEI No 10.172 DE9 DE JANEIRO DE 2001.

.Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. MEC , p 04, 2004

. República Federativa. Constituição Federal. Brasília, 1988.

. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência múltipla. Série: Diretrizes 7, 1994

. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência visual. Série: Diretrizes 8, 1994

. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento dos serviços de educação especial: Área de deficiência física. Série: Diretrizes 8, 1994

. Secretaria Especial de Direitos Humanos / Conselho Nacional dosDireitos

BIBIANO,Bianca/ FERNANDES Elisângela. Inclusão: 7 professoras mostram como enfrentam esse desafio. Revista Nova Escola, Ed Abril, .N° 244, Agosto 2011,

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

. Extensão ou Comunicação? 12